



Estado de Mato Grosso do Sul
Poder Judiciário
Coxim
Vara Criminal - Infância e Juventude

Coxim/MS, 29 de janeiro de 2015

Ofício nº 196/2015

Autos nº 0000183-06.2015.8.12.0011

Ação: Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)

Requerente: Ana Mara Costa Freistas

Requerido: Júlio Braz Nogueira

Ao Ilmo. Sr. MD. Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar
Coxim/MS.

Senhor Comandante:

Com o presente e para os devidos fins, encaminho a Vossa Senhoria a inclusa decisão, extraída dos autos de Medida de Proteção acima mencionado, instaurada contra o acusado **JÚLIO BRAZ NOGUEIRA**, Rua General Mendes de Moraes, 1164, Jardim Aeroporto - CEP 79400-000, Fone (067) 9924-0686, Coxim-MS, CPF 615.385.661-68, RG 759.974/MS, nascido em 16/06/1976, Casado, Brasileiro, natural de Camapua-MS, Comerciante, pai Avelino Nogueira de Oliveira, mãe Brasileira Inacio de Oliveira, tendo como vítima **ANA MARA COSTA FREISTAS**, Rua General Mendes de Moraes, 1164, Jardim Aeroporto - CEP 79400-000, Coxim-MS, CPF 034.692.401-40, RG 2916821SSPPI, nascida em 31/10/1988, Convivente, Brasileiro, Comerciante, pai Raimundo Vieira Freitas, mãe Maria Luiza da Costa, para conhecimento e fiscalização da medida imposta ao acusado, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da decisão.

Atenciosamente.

Maria Neuma de Oliveira e Melo
Analista Judiciário
 Assina por determinação
 Portaria nº 002/2001

Mod. 778693 - Endereço: Rua João Pessoa, nº 325, Centro - CEP 79400-000, Fone: (67)3291-1377, Coxim-MS - E-mail: cox-vcrim@tjms.jus.br,

SETOR DE CORREIO - Remessa Deste Documento					
<input checked="" type="checkbox"/>	PROTOCOLO		MALOTE SIMPLES		MALOTE COM C.R.
	CORREIO SIMPLES		CORREIO COM A.R.		CORREIO COM A.R. M.P.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
Vara Criminal - Infância e Juventude

Autos **0000183-06.2015.8.12.0011 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)**

Réu(s): **Júlio Braz Nogueira**

Vítima: **Ana Mara Costa Freistas**

DECISÃO

Trata-se de requerimento formulado pelo Delegado de Polícia de Coxim, Dr. Gustavo Mussi em que se postula a aplicação de medidas de proteção à mulher vítima de violência doméstica e/ou familiar.

Segundo as informações da autoridade policial, a vítima, em data recente, teria sofrido ameaça de seu ex-companheiro, o que justificaria a aplicação das medidas previstas na nova Lei 11.340/06.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Estadual opinou pelo acolhimento do pedido (fls. 10/12).

Relatei o necessário. Decido.

Como bem colocou o *Parquet*, a Lei 11.340/06 trouxe notório avanço no que toca à proteção da mulher vítima de violência doméstica ou familiar, prevendo um extenso rol de medidas cautelares e protetivas colocadas à disposição do magistrado para efetivo resguardo da integridade, física e moral, da vítima, de seus familiares e eventuais testemunhas.

No caso dos autos, uma vez demonstradas as agressões sofridas pela ofendida, impõe-se a aplicação das medidas postuladas pela autoridade policial, como autoriza a novel legislação protetiva.

Com efeito, a condição de mulher e de companheira/ ex-companheira é haurida da própria declaração realizada pela vítima perante a autoridade policial. A violência, por sua vez, encontra-se caracteriza por meio do referido relato, assim como pelo fato de a vítima ter procurado a polícia para registrar a ocorrência dos fatos. Por fim, sem dúvida, a espera pela 'certeza' das agressões pode



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
Vara Criminal - Infância e Juventude

tornar inócua a ação judicial.

Pelo exposto, com base nos artigos 18 e seguintes da Lei 11.340/06 e com o parecer, determino mantenha-se à distância mínima de 300 metros da ofendida, de seus familiares ou testemunhas; não mantenha contato, de nenhuma espécie, com a ofendida, seus familiares ou testemunhas.

Ressalto que tais medidas serão aplicadas em caráter de urgência, pelo prazo de 30(trinta) dias, podendo, ainda, ser revista oportunamente, na audiência de interrogatório ou na audiência prevista no artigo 16 da Lei 11.340/06.

Intime-se o autor dos fatos para que cumpra as medidas determinadas, advertindo-o de que são provisórias e de que o seu descumprimento importará a sua **prisão**.

Dê-se ciência à autoridade policial, que zelará pelo cumprimento das medidas e, ainda, deverá imprimir andamento preferencial às investigações, as quais deverão ser concluídas no prazo de noventa dias, nos termos da Lei 11.340/06.

Intime-se a vítima das medidas impostas, advertindo-a de que deverá informar à autoridade policial o eventual descumprimento pelo autor dos fatos.

Autorizo ao Sr. Oficial de Justiça, se necessário, solicitar reforço policial para assegurar o cumprimento desta decisão.

Ciência ao Ministério Público Estadual.

Às providências e intimações necessárias.

Coxim - MS, 27 de janeiro de 2015.

Tatiana Dias de Oliveira Said
 Juíza de Direito